



Impactos Psicossociais do Racismo na Saúde Mental de Mulheres Negras

Gilmara Santos Mariosa¹

Fundação Machado Sobrinho, Brasil

Liz Gomes Ronzani

Fundação Machado Sobrinho Juiz de Fora MG

Luca Mendonça Oliveira

Fundação Machado Sobrinho Juiz de Fora MG

Fernando Machado Sobrinho Maia

Fundação Machado Sobrinho Juiz de Fora MG

Luca Mendonça Oliveira

Fundação Machado Sobrinho Juiz de Fora MG

Resumo

O presente artigo propõe um debate sobre saúde mental de mulheres negras. Para esse fim, apresentamos uma breve discussão sobre a trajetória histórica de tais mulheres, sob a perspectiva da interseccionalidade, do racismo estrutural e da branquitude na sociedade brasileira. O objetivo geral é debater os possíveis impactos psicossociais do racismo que contribuem para o adoecimento psíquico da mulher negra. Elas desenvolveram inúmeras formas de resistência com o regime escravista e com o pós-abolição, mas o cruel contexto que estão inseridas é adoecedor e apresenta profundos impactos. Em África eram grandes comerciantes, negociantes, líderes em diferentes áreas do saber, o que ia contra os valores do colonizador. Concluímos que o racismo e o sexismo, somados ao processo de colonização, criaram uma condição específica de opressão sobre essas mulheres, gerando adoecimentos que precisam ser discutidos.

Palavras-chaves: Mulher negra; Racismo; Impactos Psicossociais; Saúde Mental; Psicologia Social.

¹ Doutora em Psicologia pela UFMG, vinculada ao Núcleo de Pesquisa Conexões de Saberes. É mestre em Psicologia Social pela UERJ. Especialista em Gênero e Diversidade pela UFMG. Professora da Faculdade Machado Sobrinho. Membro da equipe do Centro Integrado de Atendimento à Mulher-CIAM da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Mulher negra, é mãe da Luanda e filha da Léa. Neta da Maria Luíza que era mestra nas artes de cura pelas ervas. Feminista sempre, artesã nas horas vagas. escorpiana. Filha de Oxum. <https://orcid.org/0000-0002-6751-1978>



Psychosocial Impacts of Racism on the Mental Health of Black Women

Abstract

This article proposes a debate on the mental health of black women. To this end, we present a brief discussion of the historical trajectory of these women, from the perspective of intersectionality, structural racism and whiteness in Brazilian society. The general objective is to discuss the possible psychosocial impacts of racism that contribute to the psychological illness of black women. They developed countless forms of resistance with the slave regime and the post-abolition period, but the cruel context in which they are inserted is sickening and has profound impacts. In Africa, they were great merchants, traders, leaders in different areas of knowledge, which went against the colonizer's values. We conclude that racism and sexism, added to the colonization process, created a specific condition of oppression for these women, generating illnesses that need to be discussed.

Keywords: Black woman; Racism; Psychosocial Impacts; Mental health; Social Psychology.

Impactos psicosociales del racismo en la salud mental de las mujeres negras

Resumen

Este artículo propone un debate sobre la salud mental de las mujeres negras. Para ello, presentamos una breve discusión sobre la trayectoria histórica de estas mujeres, desde la perspectiva de la interseccionalidad, el racismo estructural y la blanquitud en la sociedad brasileña. El objetivo general es discutir los posibles impactos psicosociales del racismo que contribuyen a la enfermedad psicológica de las mujeres negras. Desarrollaron innumerables formas de resistencia con el régimen esclavista y el período posterior a la abolición, pero el contexto cruel en el que se insertan es enfermizo y tiene profundos impactos. En África fueron grandes comerciantes, comerciantes, líderes en diferentes áreas del saber, lo que iba en contra de los valores del colonizador. Concluimos que el racismo y el sexismo, sumado al proceso de colonización, crearon una condición específica de opresión para estas mujeres, generando enfermedades que requieren ser discutidas.

Palabras llave: Mujer negra; Racismo; impactos psicosociales; Salud mental; Psicología Social.

Impacts psychosociaux du racisme sur la santé mentale des femmes noires

Résumé

Cet article propose un débat sur la santé mentale des femmes noires. À cette fin, nous présentons une brève discussion sur la trajectoire historique de ces femmes, du point de vue de l'intersectionnalité, du racisme structurel et de la blancheur dans la société brésilienne. L'objectif général est de discuter des impacts psychosociaux possibles du racisme qui contribuent à la maladie psychologique des femmes noires. Ils ont développé d'innombrables formes de résistance avec le régime esclavagiste et avec la période post-abolitionniste, mais le contexte cruel dans lequel ils s'insèrent est écœurant et a des impacts profonds. En Afrique, ils étaient de grands marchands, commerçants, leaders dans différents domaines du savoir, ce qui allait à l'encontre des valeurs du colonisateur. Nous concluons que le racisme et le sexisme, ajoutés au processus de colonisation, ont créé une condition d'oppression spécifique pour ces femmes, générant des maladies qui doivent être discutées.

Mots-clés: Femme noire; Racisme; impacts psychosociaux ; Santé mentale; La psychologie sociale.



INTRODUÇÃO

As mulheres estão inseridas em um contexto em que forças sociais, econômicas e culturais encobrem, de forma silenciosa, a posição na qual são afetadas por diferentes sistemas de opressão e subordinação. Então, marcadores sociais, como raça, gênero e classe, frequentemente, se cruzam e se sobrepõem de forma a criar intersecções complexas. Neste sentido, as mulheres negras sofrem, simultaneamente, os impactos da raça e do gênero. Kimberlé Crenshaw (2002), precursora do feminismo interseccional, aponta para a dificuldade de identificar as sobreposições de sistemas múltiplos de subordinação, tais como racismo e machismo. Por isso, a necessidade de uma abordagem da interseccionalidade que nos permite vislumbrar a diferença de impactos sofridos por uma mulher negra, uma mulher branca e um homem negro. Apenas a primeira sofre as consequências do machismo e do racismo simultaneamente. (Crenshaw, 2002,s.p.).

A condição específica das mulheres negras é invisibilizada e pouco discutida. De tal forma que os impactos na saúde mental dessas mulheres também não são dimensionados na psicologia de forma adequada. Portanto, este artigo propõe debater o impacto na condição de vida e na saúde mental desta população, promovidos pelo machismo e, principalmente, pelo racismo na sociedade.

No cotidiano do Brasil uma maioria branca ocupa os cargos de poder, de liderança, e estão em situações econômicas, escolares, superiores a da maioria da população negra no Brasil, e tais situações são tratadas como normais ou esperadas. Existe um imaginário social que “justifica” tal cenário (Almeida, 2019, s.p.). A meritocracia aparece no discurso para justificar que as pessoas brancas merecem estar nas melhores posições e condições no Brasil, por conta de mérito e esforço próprio.

Então, quando a população negra e parda é a maioria no Brasil mas também representa a maioria da população pobre, é importante pensarmos como o racismo é sustentado de forma a manter a maioria das pessoas negras em condições precárias (IBGE). Como mostra os dados do IBGE, o rendimento médio mensal do trabalho de pessoas acima de 16 anos se dá na seguinte hierarquia: homem branco com R\$1.975,01; mulher branca com R\$1.383,87; homem preto R\$1.058,17 e, por último, mulher preta com R\$805,1. No Brasil, por mais que tenhamos mais mulheres do que homens, na realidade quem está nas melhores condições são majoritariamente homens brancos e quem está em último lugar da hierarquia social são as



mulheres negras (IBGE). Portanto, este artigo tem como objetivo debater os possíveis fatores psicossociais relacionados ao racismo que contribuem para o adoecimento psíquico da mulher negra.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIOECONÔMICA

As experiências das mulheres africanas e suas descendentes na diáspora são bastante desconhecidas e alvo de muitos estereótipos. Elas tinham uma relação singular com seu corpo, com a conduta de suas vidas afetivas e com seus processos de maternagem. Por tais motivos, essas mulheres foram, ao longo da história, identificadas como mulheres lascivas, pecadoras e desumanizadas (Mariosa, 2021, s.p.).

As mulheres africanas chegaram na América espanhola no século XVI oriundas do tráfico negreiro. De acordo com Leite (2016), durante o transporte a vida das mulheres era bem difícil. A travessia era longa e a duração dependia do ponto de partida. Mesmo viajando em componentes exclusivos de mulheres, elas eram constantemente vítimas de estupro. Sofriam também com as torturas e a desnutrição, o que levava muitas delas à morte ou a doenças. Alguns morriam logo que desembarcavam em terra. (Leite, 2016, s.p.).

Ângela Davis (2016), faz uma importante análise sobre as mulheres escravizadas, relatando que há poucos estudos e publicações sobre elas. Os trabalhos encontrados são centrados nas discussões sobre promiscuidade, versus casamento e estupro, versus sexo concedido com homens brancos. Alguns autores ainda sustentam que as mulheres negras tinham “propensão a se tornarem esposas”, igualando as mulheres negras as brancas, como se essa fosse sua maior ambição, apenas frustrada pelo sistema escravista. Dessa maneira, desconsiderando toda história e cultura diferenciada das mesmas, no que diz respeito a sua sexualidade e autonomia. A autora relata que as mulheres negras sempre tiveram muito mais ocupações fora de casa, do que as brancas. Portanto, uma abordagem sobre a vida de mulheres negras escravizadas, precisa levar em consideração que o trabalho era central na vida dessas mulheres, muitas das vezes, tornando obscuros os demais aspectos de sua existência. Os estupros eram estabelecidos não apenas como violência, mas como arma de dominação e como uma forma de subordinar as mulheres negras. Os homens brancos da época imaginavam que se fizessem com que tais mulheres fossem lembradas de sua condição de fêmea, consequentemente elas se colocariam no seu lugar de passividade, aquiescência e fraqueza.

Porém, como sabemos, eles não foram bem sucedidos e as mulheres negras, mesmo sob todas essas violências, resistiram e ainda resistem. (Davis, 2016, s.p.).

No Brasil, as africanas chegaram no século XVI, como escravizadas. Tais mulheres eram muito diferentes em seus costumes e formas de vida. Isso ficou bem destacado nas formas que desenvolveram para sua sobrevivência. Ao chegarem aqui, tiveram destaque no comércio de rua, costume oriundo das terras africanas, nos quais as mulheres eram reconhecidas como grandes comerciantes e negociantes. Conforme Clarke (1984), em África, as mulheres já possuíam liberdade e comandavam seus reinos, eram mestres nas artes militares, assim como líderes na política, na economia, no comércio e na religião. As sociedades matrilocais ou matrilineares proporcionaram a essas mulheres uma existência na qual eram referências para seu povo, sendo respeitadas em nações diversas. (Clarke, 1984, s.p.)

Segundo Érico Vital Brazil e Schuma Schumacher (2006), durante todo o período escravista as mulheres africanas e suas descendentes escravizadas trabalhavam em serviços diversos, desde o trabalho doméstico e de amas de leite, até o trato com a terra, primeiramente, na produção de cana de açúcar, posteriormente, no cultivo do café. Como no século XIX, a definição de mulher se resumia em mães protetoras, esposas e donas de casa amorosas, as escravizadas não se encaixavam nesse modelo o que representava uma aberração. No início do século XIX, houve um aumento do processo de urbanização das cidades, este cenário facilitou a emergência do comércio de rua. Por isso, as negras escravizadas passaram então a trabalhar como vendedoras ambulantes de produtos variados. Muitas delas, além de dar aos senhores a quantia requisitada pelo trabalho, conseguiam acumular valores que lhes possibilitavam comprar sua alforria, assim como a de filhos e companheiros. Além de trabalharem como vendedoras pelas ruas da cidade, muitas também trabalhavam como prostitutas. (Brazil; Schumacher, 2006, s.p.) Já nas senzalas, conforme Ângela Gomes (2009), por meio da tradição da oralidade, as mulheres repassavam o conhecimento oral de técnicas de cura por meio de ervas medicinais, realização de partos, benzeções e práticas religiosas. (Gomes, 2009, s.p.)

As quitadeiras e vendedoras no comércio de rua se tornaram um perigo social. Além de se aproveitarem do trânsito livre que tinham no espaço urbano para apoiar a fuga dos escravizados para os quilombos, participavam das articulações de revoltas.

Segundo Angela Davis (2016), as mulheres negras estabeleciam formas diversas de resistência ao regime escravista. Tanto participaram de revoltas armadas, lutando em condições



de igualdade com os homens, como também participavam de outras ações. Atividades mais sutis como fugas e sabotagens eram constantes. Outra ação de resistência era aprender a ler e escrever, as negras aprendiam secretamente, dado que a elas isso era proibido. Além disso, buscavam formas de passar adiante esse conhecimento, criando e comandando escolas clandestinamente. Uma das grandes ironias do sistema escravista era o fato de que nele as mulheres estabeleciam uma condição de igualdade em relação aos homens, já que ambos realizavam o mesmo tipo de trabalho. Isso as fazia impor essa igualdade em diversos atos de resistência. (Davis, 2016, s.p)

Segundo Rachel Soihet (2017), no período de 1890-1920, havia uma necessidade de controle dos hábitos dos populares, assim as mulheres negras e pobres foram forçadas a adaptar-se a novos hábitos considerados mais modernos e civilizados. Havia dados da ciência da época que asseguravam algumas características como femininas por motivos biológicos: “a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade, a vocação materna” (Soihet, 2017, p. 363). Tais atributos conferidos às mulheres, visavam garantir da parte delas, que fossem submissas e de comportamento honrado. Caso houvesse mulheres que, ao contrário, fossem dotadas de sexualidade ativa ou inteligência, estas seriam retiradas da categoria inata de mulher normal e então, julgadas como muito perigosas. Eram enquadradas principalmente, em três categorias: criminosas, prostitutas ou loucas. Deveriam manter distância e ser impedidas de conviver socialmente. Conforme a autora, com o processo de derrubada dos cortiços do centro da cidade do Rio de Janeiro, capital da República, visando a modernização da cidade e sob o pretexto de conter a disseminação de epidemias, milhares de pessoas foram forçadas a abandonar suas residências. Nesse evento, as mulheres foram as mais prejudicadas, pois a maioria praticava seu ofício em sua própria casa. Exerciam uma série de trabalhos domésticos que eram muito desvalorizados, como são até a data atual. Lavadeiras, engomadeiras, doceiras, bordadeiras, floristas, cartomantes, dentre outros. Nessas residências eram estabelecidas redes solidárias sobre as quais se tornavam possíveis a sobrevivência delas e de sua família. (Soihet, 2017, s.p).

As mulheres eram pressionadas por meio de leis a permanecer em seus lares e, aquelas que ousaram transgredir, eram constantemente abordadas pela polícia. Contudo, as mulheres negras e pobres não tinham como cumprir tal norma, já que necessitavam sair às ruas para trabalhar. Por conta disso, eram “mulheres que trabalhavam muito, em sua maioria não eram



formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao sexo frágil” (Soihet, 2017, p. 367). Por isso, tais mulheres possuíam mais liberdade em locomover-se, mais iniciativa, mais tomada de decisões e linguagem mais livre. As mulheres negras criavam seu próprio ethos, e sua identidade não era marcada por recato nem pelo o que era compreendido socialmente, como “boas maneiras”. Não eram damas da sociedade, eram trabalhadoras que exerciam seu ofício de forma árdua para a manutenção de sua família. (Soihet, 2017, s.p).

Angela Davis (2016), relata que as mulheres escravizadas eram trabalhadoras, reprodutoras e objeto sexual dos senhores. Com isso não eram vistas como mulheres pelos olhos da época e também os homens escravizados não eram homens de fato. Ao homem, cabia a função de ser provedor e chefe de família. Fato que não cabia na vida do negro escravizado. As mulheres grávidas, tinham que trabalhar e produzir tanto quanto os homens ou eram castigadas. As mães tinham que deixar os bebês perto do trabalho no chão ou presos às costas. (Davis, 2016, s.p.). Maria Odilia Dias (2016), também relata que, as crianças menores iam amarradas às suas costas para o trabalho na lavoura. Quando se tornavam maiores, ficavam aos cuidados das mulheres mais velhas nas senzalas. As grávidas também recebiam castigos violentos e muitas das vezes sofriam abortos. Os trabalhos na lavoura eram os mesmos, algumas chegavam a dar à luz em pleno trabalho. Muitas escravizadas encontravam formas de resistir e fugiam, principalmente, quando percebiam que seriam vendidas para longe de seus filhos. (Dias, 2016, s.p).

Por conta do projeto de modernidade, uma série de atividades realizadas por pessoas negras passaram a ser tratadas como fora da lei. De acordo com Bebel Nepomuceno (2016), práticas de cura e de cultura popular eram criminalizadas, por serem consideradas inconciliáveis com o que representava civilidade. Portanto, até o início dos anos de 1940, eram comuns perseguições policiais a benzedeiras, parteiras, curandeiras, herboristas e, também, a terreiros de candomblé. Eram relacionados a charlatanismo e superstição. (Nepomuceno, 2016, s.p).

Importante estratégia de resistência das mulheres negras foi a capoeira. A capoeira é a primeira e única arte marcial brasileira, criada por mulheres e homens de afro-descendência. Durante muito tempo, foi considerada crime (Figuerôa, 2014, s.p). Pires (2012), relata um antigo registro de uma mulher capoeirista na cidade de Belém em 1893. Um bombeiro



perseguia uma criança que estava com um tabuleiro na cabeça, um ambulante, até que uma mulher que observava a cena resolveu intervir: “quando ele quis botar valentia, levantando a mão para aplicar-lhe um trunfo, ela estranhou o corpo, fez uma pequena pirueta e uma tremenda bofetada estrondou na cara do bombeiro” (Pires, 2012, p. 287).

Prosseguindo na discussão das estratégias de resistência das mulheres negras. Podemos identificar que como o colonialismo tentou transformar a conduta ativa de tais mulheres em uma postura mais subserviente. Maria Lugones (2014) faz uma crítica a como os estados coloniais construíram a perspectiva de gênero hierarquizando homens e mulheres, e, impondo essa visão de gênero colonialista. Conforme argumenta a autora gênero também foi colonizado, pois o capitalismo eurocentrado impôs a subordinação às mulheres das colônias. Esse sistema vai estabelecer o que representam homens e mulheres e definir seus papéis. Um exemplo é a representação da pureza e da passividade sexual da mulher que, atribuídos pelos colonizadores europeus como requisitos “naturais” para as brancas, vão designar para a mulher negra uma categoria de lasciva, promíscua, aquela que o corpo é um objeto disponível para uso sexual do homem branco, assim como que seu corpo de negra é forte e capaz de suportar qualquer tipo de trabalho imposto sobre ele. (Lugones, 2014, s.p).

Chama a atenção como o papel da mulher negra vai se desenvolvendo ao longo do tempo. Quanto mais perto do período em que chegaram de África, mais ativa é sua participação como guerreiras de frente de batalha. Com o tempo, o homem negro parece ter cedido ao sexismo do processo de colonização e passa a impelir a mulher num outro lugar, compactuando com o colonizador, passa a ser aquele que oprime a mulher que antes guerreava ao seu lado em igualdade de condições.

Posteriormente, no século XX ocorre a organização dos movimentos feministas e dos movimentos negros. Contudo, as mulheres negras não se sentiram acolhidas em nenhum desses grupos. No Movimento Negro tinham pouca representatividade e pouco espaço para falar do racismo na perspectiva do gênero. Da mesma forma, no Movimento de Mulheres, era negada a relevância da raça nas opressões que incidem sobre as mulheres (Gomes, Carneiro, Madeira, 2018, s.p). Em 1979, Lélia Gonzáles, uma das pioneiras no feminismo negro do Brasil, no Encontro Nacional de Mulheres apontou para a relutância das mulheres brancas em reconhecer seus privilégios em relação às mulheres negras e em ver o racismo como problema (González,



1982, s.p).Por isso, elas então se organizam no Movimento de Mulheres Negras, que cresceu no Brasil diante desta dupla exclusão.

A crescente dificuldade de ter suas necessidades e interesses reconhecidos por ativistas do movimento de mulheres e do movimento negro levou as mulheres negras a formarem grupos no início dos anos 1980. Uma das primeiras organizações de mulheres negras, foi fundada no Rio de Janeiro em 1983. O coletivo das mulheres negras em São Paulo foi organizado no início de 1984 em resposta à exclusão das mulheres negras do então Conselho Estadual de Condição Feminina, que havia sido recém-formado naquela época. (Caldwell, 2007, p.57).

Associados aos fatores históricos, podemos observar como se desenvolveu a situação sócio-econômica de tais mulheres. É possível ver que a ideologia dominante da sociedade e do mercado de trabalho buscou a manutenção das ex-escravizadas, como responsáveis por cuidarem dos lares, no qual o trabalho de doméstica apareceu muitas vezes como a única opção de ocupação profissional oferecida para essas mulheres após a abolição. A mulher sai do lugar de escrava doméstica, para ser empregada doméstica. A atual situação profissional e econômica da mulher negra é herança dos processos sócio históricos e das opressões perpassadas, onde elas foram domesticadas e usadas pelos senhores e senhoras de escravos. A escravidão acabou, entretanto, as heranças deixadas por ela ainda são presentes no dia a dia, no cotidiano e nas experiências de vida de tais mulheres, que se encontram em um sistema dominante patriarcal, machista e racista, que tenta determinar o tempo inteiro a posição da mulher negra na sociedade e no mercado de trabalho (Pereira, 2011, s.p).

Nos dias atuais, o que se evidencia é que o grupo com menor renda, e com maiores ocupações em “subempregos”, é o grupo de mulheres negras, recebendo menos do que homens e mulheres brancas, e também tendo uma menor renda do que homens negros, o que escancara a desigualdade, as opressões e a violência sofrida pelas mulheres negras na sociedade atual, assim como as consequências deixadas pela escravidão (Cesarino, 2020, s.p).

Percebemos que as sobreposições de opressões que recai sobre as mulheres negras, vai tanto tornar sua ascensão social mais difícil, pois o sistema opera para mantê-la em situação de vulnerabilidade, como vai contribuir para seu adoecimento psíquico, conforme veremos nos tópicos seguintes.



RACISMO E BRANQUITUDE NO BRASIL

O racismo estrutural é a base da qual se originam todas as outras formas de racismo. Almeida (2019) destaca que o racismo individual e institucional são desenvolvidos a partir de uma estrutura prévia que condiciona as instituições e os indivíduos, denominado de racismo estrutural. Todo racismo é estrutural, sendo que o racismo individual e institucional originam-se a partir de uma estrutura já posta. Logo, o racismo se integra e se reproduz nos sistemas econômicos, políticos, sócio-históricos, jurídicos e familiares, o que transcende a ordem individual. Não se configura, portanto, em uma patologia da sociedade, mas sim, em um modo “normal” de relacionamento das esferas políticas e sociais, decorrentes da própria estrutura social. Os comportamentos individuais das pessoas, assim como as manifestações institucionais, são efeitos de uma sociedade no qual o racismo é regra, e não exceção. Esse tipo de racismo está presente ativamente em todas as instituições sociais e, dessa forma, é imprescindível discussão ativa sobre seus mecanismos de funcionamento para combatê-lo. (Almeida, 2019, s.p).

Enfim, sem nada fazer, toda instituição irá se tornar uma correia de transmissão de privilégios e violências racistas e sexistas. De tal modo que, se o racismo é inerente à ordem social, a única forma de uma instituição combatê-lo é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas. (Almeida, 2019, p.32)

Um fator muito importante para compreender os tentáculos do racismo é compreender a branquitude no Brasil. Ou seja, compreender qual é a participação dos brancos no racismo. É no processo histórico da escravidão, em que ocorreu o tráfico de africanos na colonização, que se dá a origem e a construção da branquitude como uma ideologia de poder e hierarquia social, no qual o homem branco europeu toma e define sua imagem como padrão e norma, fazendo com que outros grupos e populações com características diferentes fossem marginalizados, silenciados, escravizados e tratados como inferiores. A branquitude é construída através da ideia falaciosa de que existe uma superioridade branca, o que resulta nas sociedades constituídas a partir do racismo e significa que indivíduos identificados como brancos obtêm privilégios simbólicos e materiais em contrapartida com os não brancos. (Lia Schucman, 2012,



s.p). A herança branca, então, é marcada pela apropriação de bens materiais e imateriais que tiveram origem a partir da descendência de escravocratas e colonizadores. A herança constantemente vista como mérito legitima a supremacia nas condições econômicas, políticas e sociais da população branca, o que fortalece o autoconceito e autoestima das pessoas brancas que são tratadas como o “grupo vencedor, competente, bonito, escolhido para comandar” (Bento, 2022, p.65).

Lia Schucman (2012), através de entrevistas com pessoas brancas na cidade de São Paulo, constata crenças de superioridade por parte dos entrevistados quanto à estética, moralidade e intelectualidade se comparado às pessoas não brancas. Quanto ao que é considerado “belo” é atrelado à branquitude, logo o padrão estético desejável está ligado à proximidade com as características de brancos europeus (feições e traços finos, cabelos lisos, nariz e boca afilados). Destaca-se a fala de uma das entrevistadas:

[...] quando saio à noite, e vejo um branco muito bonito, tenho certeza de que não tenho chances com ele. Mas sei, e tenho quase certeza, de que tenho chances com um cara negro muito bonito. [...] É que, para um branco muito bonito eu estou fora dos padrões, né? Eu sei que tenho um rosto muito bonito, mas estou fora do peso (risos)... E com um negro? Eu sei que eles adoram loiras (risos)... não é? Olha os jogadores de futebol, os pagodeiros, eles sempre estão acompanhados de loiras. (Schucman, 2012, p.68)

A fala evidencia a certeza de uma mulher branca, loira, mesmo que fora dos padrões quanto ao peso, teria mais chance de conquistar um homem negro muito bonito do que um branco muito bonito. A hierarquia estética a coloca em vantagem por conta de ser branca e loira. Em contrapartida, o padrão estético não contempla traços característicos da negritude. Valeska Zanello e Priscilla Miranda (2022) trazem a metáfora da “prateleira do amor” para explicitar como funciona o dispositivo amoroso. A prateleira, como a de um supermercado, media-se a partir do ideal estético imposto, e esse ideal é branco, jovem, loiro e magro. Quanto maior a distância do ideal, pior é o lugar que a pessoa ocupa na prateleira e maior é a chance de ser preterida (não escolhida) e, ainda, de ser vista apenas como um objeto sexual. A prateleira, que é subjetivada pelas mulheres, é ruim para todas, mas com certeza é pior para outras como as mulheres negras. Afinal, como afirmam as autoras, a prateleira é racista. (Zanello; Miranda, 2022, s.p).



Outro fator gerado pela branquitude é a crença de superioridade moral e intelectual. Os brancos acreditam que são melhores “naturalmente” do que os não brancos, que seria algo intrínseco e inato a eles. Os entrevistados de Lia Schucman (2012) quando questionados do por que brancos estavam nos melhores bairros, nos cargos de poder e de maior prestígio na sociedade, suscitam as diferenças morais, éticas, psicológicas e intelectuais ligadas aos brancos. Os brancos entrevistados entendem que esses atributos e condutas foram herdados de seus ancestrais imigrantes europeus, no qual a cultura europeia seria superior à africana. Como mostra a fala de um dos entrevistados: “Diferente da cultura e dos africanos, que são mais flexíveis quanto a ética e a moral, é só ver a religião deles, não tem esse negócio de fazer o bem... E eles dão mais valor para música, divertimento e essas coisas, enquanto o europeu, ao trabalho e estudo.” (Schucman, 2012, p. 74). Tal relato reforça a crença de que brancos estão aptos a trabalhar e estudar e as pessoas negras aptas a se divertir. A hierarquia entre culturas é um discurso racializado, racista, que não precisa fazer menção direta a raça e a cor para dizer que uma cultura é superior a outra. Os relatos dos entrevistados também mostraram ações concretas que distribuem desvantagens ou privilégios dependendo do grupo racial que você está e que permitem aos brancos se manterem em melhores posições do que os não brancos. Mesmo ao reconhecerem que a raça influencia a vida das pessoas, principalmente no mercado de trabalho, quando se fala de formas de reparar as desigualdades, como as cotas raciais, as pessoas negam tudo o que afirmaram. Como ao falar que não deveria ter cotas raciais, porque o problema do Brasil é a desigualdade, portanto, um problema de classe social, e o discurso de mérito e de que somos todos iguais reaparece. (Schucman, 2012, s.p).

Cida Bento (2022) explica que a maioria dos brancos ao não reconhecerem a si próprios como parte fundamental das desigualdades raciais, não associam as desigualdades existentes ao racismo e à história branca ocorrida no país. Tal situação reflete na expressiva ausência de compromisso e no distanciamento psicológico com os excluídos, o que a autora denomina como característico do pacto narcísico. O pacto narcísico requer que os membros do grupo dominante tenham uma cumplicidade silenciosa e que apaguem os atos desumanos que seus antepassados realizavam. Dessa forma, reconstroem a história positivamente, usufruem das heranças dela, aumentam seus ativos e os transmitem para a próxima geração. (Bento, 2022, s.p).



MULHERES NEGRAS E ADOECIMENTO PSÍQUICO

A raça e o gênero são elementos marcantes e determinantes do duplo estigma sofrido por mulheres negras, pela questão racial e a condição de mulher. Postas como objetos sexuais, que deveriam satisfazer o desejo dos senhores de engenho, elas também deveriam servir às sinhazinhas, cuidar da casa e de seus filhos, mesmo diante a fragmentação de sua família e com o desrespeito e marginalização de sua cultura.

Gilmara Mariosa, Geise Pinheiro e Claudia Mayorga (2019) nos relatam que a colonização impôs, além muitos outros, o cristianismo aos colonizados, no qual a visão de mundo deles ficou submetida à visão dos colonizadores. O maniqueísmo presente na religião cristã fez com que o candomblé e as outras religiões passassem a ser vistas como religiões de ordem demoníaca, crença que perpetua até hoje. O cristianismo impôs e naturalizou as concepções acerca da mulher em que as classificavam entre “santa” ou “puta”, concebendo a ideia de uma mulher virtuosa relacionada à imagem da virgem Maria e, por outro lado, da puta associada à imagem da Eva. Dessa forma, houve o controle sobre a sexualidade e os corpos das mulheres, ao passo que que apagavam as heranças das religiões de matrizes africanas que tinham como símbolos de divindades, de representação de poder e de independência sexual as próprias mulheres, diferentemente do que era proposto pelo projeto colonial. (Mariosa; Pinheiro; Mayorga, 2019, s.p).,

Tal controle imposto sobre os corpos associado a hierarquia estabelecida por padrões estéticos proporciona impactos na construção do Ego das mulheres negras. Neuza Santos Souza (1983), em seu livro Tornar-se Negro, através de relatos de entrevistadas(os), nos apresenta como é dada a constituição do ego de pessoas negras no Brasil. Compreende-se a noção de Ideal do Ego como um modelo de constituição do indivíduo imposto ao Ego pelo Superego. A harmonia e tranquilidade interna do indivíduo se dá pela aproximação dos dois. (Souza, 1983, s.p). Para a pessoa negra:

O negro de quem estamos falando é aquele cujo ideal do ego é branco. O negro que ora tematizamos é aquele que nasce e sobrevive imerso em uma ideologia que lhe é imposta pelo branco como ideal a ser atingido e que endossa a luta para realizar este modelo. (Souza, 1983, p.34)



A autora citada discorre sobre os mitos que envolvem a população negra. Crenças que produzem efeitos sociais, que nega a história e tenta se passar como “naturais”, que seria um instrumento formal de ideologia. A marca da diferença se inicia em casa, desde cedo pessoas negras aprendem que são diferentes das pessoas brancas por serem consideradas subalternas e inferiores. Nessa distinção não há neutralidade, há uma definição feita a partir do outro, sendo o branco referência exclusiva do que é humano, pelo qual a pessoa negra será definida e irá se autodefinir. As entrevistas da pesquisa da autora denunciam uma identificação da pessoa negra como não possuidora de civilidade, de valores e de humanidade. O que é definido socialmente como belo é a autoridade estética dos brancos, em contrapartida com o feio dos negros. A linguagem oral, visual e gestual institucionaliza o significante negro no sentido depreciativo e pejorativo - feio, ruim, sujo, entre outros. Com isso, as pessoas negras acreditaram no mito e passaram a falar a linguagem do dominador. Como a frase traz: “o negro enquanto sujeito que introjeta, assimila e reproduz, como sendo seu, o discurso do branco” (Souza, 1983, p. 32).

Observa-se a pessoa negra como sujeitada, introjetada e assimilada ao branco, o que se configura em forças estruturais do psiquismo e da formação dela enquanto sujeito. O branco é colocado na sociedade como inteligente, civilizado, poderoso, rico, bem sucedido, letrado, aristocrata, diferentemente do que se associa à pessoa negra. A primeira regra imposta à pessoa negra é negar, expurgar, qualquer marca negra. Não há uma identidade positiva da pessoa negra para se identificar. A pessoa reunirá esforços para cumprir com a determinação impossível de vir a ser branco, ideal inalcançável (alternativa genérica que resta à pessoa negra brasileira que responde de forma positiva ao apelo de ascensão social). Clinicamente, esta tensão toma forma de sentimentos de inferioridade, de culpa, depressão e defesa fóbica - afetos e atitudes que definem a identidade do negro em ascensão social (Souza, 1983, s.p).

Ao discutir sobre saúde mental de mulheres negras, podemos citar a tese de Paula Gonzaga (2019). Ela entrevistou treze mulheres negras e o objetivo das entrevistas foi escutar e tentar compreender a constituição dos processos de subjetivação de suas vidas como mulheres negras lésbicas e bissexuais. Das mulheres entrevistadas, todas apresentaram um sintoma de depressão que pode variar desde tristeza e melancolia a sensação de insuficiência e incapacidade (Dalgarrondo, 2008, s.p). Sabe-se que a distância de um padrão de beleza pode trazer profundas cicatrizes emocionais na vida de uma mulher, porém, o reducionismo a um mero objeto, da pessoa negra, especialmente da mulher, não termina aí. Paula, em suas



entrevistas, nos mostra como a colonialidade presente nos processos relacionais debilita as potencialidades do ser. Como a entrevistada Teresa afirmou “a negação tava dada o tempo inteiro, o tempo inteiro a negação, toda a informação era de desautorização, desautorização de existir, desautorização de pensar, desautorização de falar, desautorização de interagir, essa era a informação que eu recebia cotidianamente.” (Gonzaga, 2019, p.88) A negação é justamente a ideia de que uma mulher preta não pode ser produtora de conhecimento, temos uma grande maioria de homens brancos como porta-vozes da produção científica, logo como poderia uma jovem negra que gosta de ler e escrever também se enxergar como uma dessas porta-vozes. Teresa ainda esclarece como ela se tornou doente de doenças que nunca nem foram dela, mas foram passadas a ela.

[...] naquela época o que foi acontecendo foi que eu fui lentamente me afastando dos meus cadernos, né, desistindo, eu já tinha muita dificuldade de mostrar, eu nunca gostei que ninguém lesse o que eu escrevia, sempre tive uma dificuldade muito grande de me expor, né, de expor minha palavra, então, aquilo foi ficando mesmo, pelo caminho. (Gonzaga, 2019, p. 89)

O que, a princípio parece ser uma timidez comum por não gostar de mostrar suas produções, se revela algo muito mais complexo, um massacre extensivo de subjetividades negras e femininas. bell hooks² (2014), ao compartilhar suas experiências pessoais sobre o que alisar seu cabelo significava para ela, mostra como, para muitas meninas negras, isso pode representar um processo natural de desenvolvimento. Tal ação significava a entrada em uma vida adulta, uma experiência carregada de afetos positivos, mesmo feito em casa, mas principalmente em salões de beleza, que eram um espaço “em que as mulheres negras compartilham contos, lamúrias, atribuições e fofocas.” (Hooks, 2014, s/p.).

Porém, o alisamento também demonstra o reconhecimento do racismo vivenciado ao assumir os cabelos crespos. Funciona como uma maneira simbólica de destituir as pessoas de

² Gloria Jean Watkins, bell hooks, “optou pelo pseudônimo de sua bisavó, Bell Blair Hooks, que foi uma mulher “que não teve medo de erguer a voz”, mesmo numa época e sociedade segregadas. A grafia do nome em minúsculo vai a contrapelo das produções acadêmicas e busca enfatizar mais a escrita e as reflexões do que a figura do autor.” (Luciana Cristina Pinto, 2022, p.1)



sua negritude, silenciando e ocultando as que denunciam que o não alisamento significa um afastamento das regras de civilidade e logo, da branquitude almejada (Gonzaga, 2019, s.p.).

bell hooks (2014) ainda nos traz um exemplo mais claro de como a aparência capilar pode estar relacionada a um sofrimento psíquico. Ao conversar com uma de suas alunas, que alisava cabelo constantemente, escuta sua explicação do por que disso e, de acordo com ela, seria porque seu cabelo crespo não combinaria com o formato de seu rosto. Porém, ao ir ao salão passar pelo procedimento novamente, conseguiu reconhecer que achava que as pessoas a considerariam menos atraente caso usasse seu cabelo natural, tendo essas crenças diretamente relacionadas a origem de sua baixa auto-estima (Hooks, 2014, s.p.).

Sueli Carneiro (2003) explica, então, que a junção das condições de racismo e sexismo que a mulher negra está inserida cria o que ela chama de asfixia social, causando um impacto direto na saúde mental e deixando sérias sequelas emocionais (Carneiro, 2003, s.p.).

SAÚDE DA MULHER NEGRA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Para discutirmos a saúde da mulher negra é importante se alicerçar ao conceito de interseccionalidade já explicado no início deste artigo. Compreende-se o Brasil ainda como um lugar onde há grande desigualdade de raça e gênero, porém, a discussão sobre demandas específicas das mulheres negras ultrapassa o debate individual sobre cada um desses marcadores. “A exclusão dos debates de raça nas perspectivas sobre o gênero necessita ser trabalhada e trazer à tona as necessidades das mulheres negras que não possuem privilégios em comparação às mulheres brancas.” (Oliveira, 2023, p.40).

As mulheres negras têm apresentado, cada vez mais, transtornos mentais comuns (TMC)³. Esses transtornos podem ser definidos como consequência de fatores externos e fatores internos. Com relação à construção dos fatores externos, são resultados do menor nível de escolaridade, do menor nível econômico, de sua desvalorização no mercado de trabalho, da falta de oportunidades no mercado de trabalho, entre outros. Os fatores internos, que na maioria são decorrentes da ação de agentes externos, relacionam-se com a demarcação da mulher negra

³ “[...] os transtornos mentais comuns (TMC), expressão criada por Goldberg e Huxley para caracterizar sintomas como insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração e queixas somáticas. Em termos gerais, transtornos mentais comuns designam situações de sofrimento mental.” Araújo, Pinho e Almeida, p. 338, 2005)



nos estereótipos sexistas e racistas acompanhados pelas cobranças sociais dessa condição, da construção de uma baixa autoestima, da maior taxa de fecundidade, da solidão da mulher negra⁴, entre outros (Silva e Chai, 2018, s.p.). Na pesquisa denominada “Prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres e sua relação com as características sociodemográficas e o trabalho doméstico” foram elencados os seguintes fatores pelas pesquisadoras:

Os fatores associados à ocorrência de transtornos mentais comuns na população estudada podem ser assim sumarizados: a) ser separada/divorciada ou viúva, ter filhos, ser negra ou parda, ter baixa escolaridade, baixa renda, mais de 40 anos, dentre as características sociodemográficas; b) ter alta sobrecarga doméstica, ser a chefe da família, realizar tarefas domésticas todos os dias da semana e não receber ajuda nas tarefas ou recebê-la apenas de um homem da família, dentre as características do trabalho doméstico; c) não manter, semanalmente, algum tipo de atividade de lazer. (Araújo, Pinho e Almeida, 2005, p. 345)

Além dos danos psíquicos sofridos, a Subcomissão Especial Avaliadora das Políticas de Assistência Social e Saúde das Populações Vulneráveis realizou uma audiência pública na câmara de deputados em 2016, sobre a mortalidade materna durante o parto. Ficou claro que o número de mortes de mulheres brancas diminuiu e de mulheres negras aumentou. De 2000 a 2012 o número de óbitos por hemorragia de mulheres negras relacionadas ao parto passou de 190 para 202 casos a cada 100 mil habitantes, já o número de mulheres brancas diminuiu de 140 para 93 (Assis, 2018, s.p.).

Um outro fundamento que causa impacto é a violência obstétrica. Paula Curi, Mariana Ribeiro e Camilla Marra (2020) denunciam ainda como o suposto saber médico legitima a violência contra a mulher negra no parto e na gestação, o que torna popularizado pensamentos sem base científica alguma:

⁴ De acordo com Ana Cláudia Lemos Pacheco (2008), em sua pesquisa de doutorado a “solidão da mulher negra” é um fenômeno no qual o fator cor/raça é um dado que influencia na preferência afetivo-sexual dos parceiros. Com isso as mulheres negras teriam uma tendência a serem mais preteridas nas relações afetivas, permanecendo sem parceiros fixos e sem relacionamentos estáveis em relação às mulheres de outras raças.



Falas como “mulheres pretas são parideiras por excelência”, “negras são fortes, mais resistentes à dor”, “negras têm mais leite”, “negras são mais resistentes à anestesia”, “elas não fazem o pré-natal direito”, dentre outras, são reiteradamente pronunciadas, determinam assistência oferecida, sem qualquer crítica ou mesmo constrangimento. (Curi; Ribeiro; Marra, p.160, 2020).

Outro fator importante ressaltar que os cursos de psicologia em sua maioria, não trabalham as relações raciais e os impactos do racismo de forma aprofundada na formação profissional. Tal fato gera uma série de abordagens racistas de muitos profissionais, assim como a culpabilização das vítimas por sofrerem com os impactos do racismo (Donato, Borges e Souza, 2013, s.p.). Apesar deste déficit, precisamos reconhecer alguns avanços, tais como a RESOLUÇÃO CFP N.º 018/2002, que “Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial” (CFP, 2002, p. 1). Lamentavelmente esta resolução, mesmo sendo de tamanha importância para a atuação do profissional de psicologia, é desconhecida pela maioria dos mesmos. Destaca-se:

[...] as mulheres negras são as principais vítimas de racismo praticado por profissionais de saúde, incluindo psicólogos. Há um negacionismo do racismo como questão estrutural, social e política e uma tendência em atribuir a situação como uma questão individual. Tal fato pode ocorrer por racismo do profissional, que geralmente pode ter a sua origem na falta de um debate qualificado sobre racismo e de conteúdo em sua formação profissional. De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2017) em sua maioria, os cursos de psicologia não abordam a questão do racismo em suas disciplinas obrigatórias. Com isso, a psicologia mantém-se conivente com o racismo quando deixa de dispor seu conhecimento para o enfrentamento ao racismo e silencia sobre temáticas antirracistas, em suas produções acadêmicas, tornando-se, omissa na participação política do combate ao racismo. Apenas depois dos anos 2000, por meio de psicólogas do movimento negro, o tema passa a ser introduzido no exercício da profissão e nas produções teóricas. (Mariosa, 2021, p.81).

De acordo com o CFP (2016), apenas 16,5% dos psicólogos (as) são negros (as) e recebem menos do que os não-negros, o que mostra o quão alarmante é a situação (CFP, 2016, s.p.) Outra questão importante a se destacar é a Política Nacional de Saúde Integral da



População Negra, do Sistema Único de Saúde - SUS (2017), que surge com o objetivo de combater as desigualdades e o racismo institucional na saúde (SUS, 2017, s.p.) Contudo, também é desconhecida pela maioria dos profissionais da psicologia (Tavares; Oliveira; Lages, 2013, s.p.).

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) é um compromisso firmado pelo Ministério da Saúde no combate às desigualdades no Sistema Único de Saúde (SUS) e na promoção da saúde da população negra de forma integral, considerando que as iniquidades em saúde são resultados de injustos processos socioeconômicos e culturais – em destaque, o vigente racismo – que corroboram com a morbimortalidade das populações negras brasileiras. (Saúde, 2017, p.7).

Constatamos que a mulher negra se encontra em maiores riscos para determinados tipos de doenças físicas e psíquicas, e em situações de maiores vulnerabilidade do que outros grupos, como de homens brancos, mulheres brancas e homens negros, quando considerados aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, expondo assim, um panorâma social no qual as mulheres negras se encontram nas posições econômicas mais baixas da sociedade, o que afeta diretamente sua saúde, a qualidade dos serviços de saúde prestados; que muitas vezes são inadequados ou até criminosos, como no caso das violências obstétricas, e a presença de mais obstáculos para obterem os acessos aos serviços de saúde (Nascimento, 2008, s.p.). A mulher negra possui uma maior probabilidade de desenvolver doenças crônicas, como hipertensão e diabetes mellitus, além de apresentarem uma maior taxa de mortalidade, quando comparadas com mulheres brancas, reflexo esse da desigualdade social e econômica, da falta de acesso a serviços de saúde com qualidade, da falta de informação sobre saúde, do preconceito e da discriminação (Lima; Chor, 2005, s.p.).

CONCLUSÃO

Falar de mulheres negras é um desafio por conta da complexidade e dos vários fatores que as afetam. Focamos nas relações raciais, mas entendemos que para alcançarmos um estudo mais completo é necessário aprofundar e considerar outros marcadores sociais que aumentam a complexidade da relação interseccional, que irão impactar diretamente a vida dessas



mulheres, seja a religião, o território, a orientação sexual, identidade de gênero, classe social, entre outros.

As pessoas brancas ao não reconhecerem seus benefícios e privilégios, ao responsabilizar as pessoas negras por não se "esforçarem" o suficiente, se aproveitam do racismo estrutural para estar em melhores condições em detrimento da população negra. Não é porque o Brasil é todo "misturado" que somos "todos iguais". Realmente não somos iguais e não há problema em ser diferente, mas sim em hierarquizar as diferenças. Falar de racismo também é falar das pessoas que se beneficiam dele, das pessoas brancas que têm vantagens materiais e imateriais por conta de sua aparência.

As diversas formas de violações e negligências sofridas pelas mulheres negras desde os primórdios do sistema escravista até a atualidade, proporcionam o desenvolvimento de muitas formas de adoecimento e prejuízo a sua saúde mental. Tais mulheres estabeleceram diversas estratégias de resistência, mas o preço de tanta luta é um comprometimento de sua saúde, que nem a psicologia nem a medicina atual estão preparadas para lidar.

A psicologia foi por muito tempo uma área elitizada, ou seja, criada e reproduzida de pessoas brancas para pessoas brancas. Por fim, nos perguntamos enquanto psicólogos: será que a formação da psicologia nos prepara para lidar com o sofrimento dessas mulheres? Será que conseguimos pensar o sofrimento mental como algo que extrapola a esfera individual? Estamos prontos para perceber o racismo e o sexismo como parte estrutural das relações humanas em nossa sociedade? São questões que deixaremos em aberto para o aprofundamento de trabalhos posteriores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA: 2019.

ARAÚJO, Tânia Maria de; PINHO, Paloma De Souza & ALMEIDA, Maura Maria Guimarães. Prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres e sua relação com as características sociodemográficas e o trabalho doméstico. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, v. 5, 2005, p. 337-348.

ASSIS, Jussara Francisca. (2018). Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica. Serviço Social & Sociedade, n. 133, 2018, p. 547-565.

BENTO, Cida. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras: 2022.



CALDWELL, Kia Lilly. Mulheres negras, militância política e justiça social no Brasil. Revista Gênero, Niterói, v. 8, n. 1, 2007, p. 53- 69.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, 2003, p. 49-58.

CESARINO, Flávia Tortul. Interseccionalidade e mulher negra: raça, classe, gênero e religião. Sacilegens, v. 17, n. 1, 2020, p. 127-150.

CHOR, Dóra & LIMA, Claudia Risso de Araujo (2005). Aspectos epidemiológicos das desigualdades raciais em saúde no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 21, n. 5, 2005, p. 1586-1594.

CLARKE, Jhon Henrik. Rainhas Guerreiras Africanas. (Romio, J. trad). Texto original: African Warrior Queens by John Henrik Clarke. Journal of African Civilizations, v. 6, 1984, p. 123-134.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA/CFP. Código de Ética Profissional dos Psicólogos. Resolução CFP N.º 018/2002, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Dieese divulga pesquisa sobre a inserção de psicólogos (as) no mercado de trabalho. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/dieese-divulga-pesquisa-sobre-a-insercao-de-psicologos-as-no-mercado-de-trabalho/>. Acessado em: 26 de fevereiro de 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista estudos feministas. v. 10, 2002, p. 171-188.

CURI, Paula Land; RIBEIRO, Mariana Thomaz de Aquino; MARRA, Camilla Bonelli. A violência obstétrica praticada contra mulheres negras no SUS. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 72, n. SPE, 2020, p. 156-169.

DA SILVA, Imaíra Pinheiro de Almeida; CHAI, Cássius Guimarães. As relações entre racismo e sexismo e o direito à saúde mental da mulher negra brasileira. Revista de Políticas Públicas, v. 22, 2018, p. 987-1006.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo Editorial: 2016.

FIGUERÔA, Katiúscia Mello.SILVA, Marcelo Moraes De. Impressões femininas sobre a presença da mulher na Capoeira. Revista da ALESDE, v. 4, n. 2, 2014, p. 16-31.

GOMES, Ângela Maria Da Silva. Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana: Terreiros, quilombos, quintais da grande BH. Tese (Doutorado em geografia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2009.

GOMES, Daiane Daine de Oliveira; CARNEIRO, Elane Mendonça Conde; MADEIRA, Maria Zelma De Araujo. Mulheres negras, racismo estrutural e resistências. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 1, n. 1, 2018.

GONZAGA, Paula Rita Bacellar. "A gente é muito maior, a gente é um corpo coletivo": produções de si e de mundo a partir da ancestralidade, afetividade e intelectualidade de mulheres negras lésbicas e bissexuais. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2019.



GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 87-106.

HOOKS, Bell . Alisando o nosso cabelo, por Bell Hooks. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/alisando-o-nosso-cabelo-por-bell-hooks/>. Acessado em: 20 de agosto de 2022.

IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br, www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?=undefined&loc=0. Acessado em: 10 de janeiro de 2023.

LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. Disponível em: <https://www.coletiva.net/artigos/a-escravidao-nas-americas,126484.jhtml>. Acessado em: 11 de julho de 2022.

LUGONES, María. Hacia un feminismo descolonial. La manzana de la discordia, v. 6, n. 2, 2011, p. 105-117.

MARIOSIA, Gilmara Santos. Senhoras de Aruanda e Rainhas do terreiro: A umbanda como espaço de saber, poder e resistência de mulheres negras. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2021.

MARIOSIA, Gilmara Santos; PINHEIRO, Geise Pinto; MAYORGA, Claudia. Mulheres negras em contexto religioso: entre resistência e/ou subordinações. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 11, n. 28, 2019, p. 153-174.

MAYORGA, Claudia. DONATO, Cássia Reis. BORGES, Larissa Amorim, SOUZA, Luciana Maria de. Psicología Social del Racismo y la Formación en Psicología. Eureka (Asunción, En línea), v. 10, n. 2, 2013, p. 254-270.

NASCIMENTO, Silvana Silva. Saúde da mulher negra brasileira: a necessária intersecção em raça, gênero e classe. Cadernos do CEAS - Revista Crítica de Humanidades, Salvador/ Recife, n. 243. 2018, p. 91-103.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres Negras: Protagonismo Ignorado. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto: 2016.

OLIVEIRA, Marissa Scárdua. Mulher e negra: avaliação da desigualdade de saúde no Brasil pelo recorte de gênero e raça. Tese (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2023.

PACHECO, Ana. Claudia. Lemos. Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas à empregadas domésticas-A dimensão social e o " lugar" das mulheres negras no pós-abolição. Anais do Encontro da ANPUH, 2011.

PINTO, Luciana Cristina. Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra, de bell hooks. Cadernos Pagu. n.65, 2022.



PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. Uma “volta ao mundo” com mulheres capoeiras: gênero e cultura negra no Brasil (1850-1920). In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio. Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação. São Paulo: Selo Negro, 2012.

RODRIGUES, Nina. Mestiçagem, degenerescência e crime. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 15, n. 4, 2008, p. 1151-1180.

SANTOS, Elisângela da. Silva. O legado de Virgínia Leone Bicudo para a sociologia da infância no Brasil. Cadernos de Pesquisa, v. 48, n. 170, 2018, p. 1194-1217.

SAÚDE, Ministério Da . Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: Uma Política do SUS (3a edição). Brasília: Editora do Ministério da Saúde: 2017.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. Mulheres negras do Brasil. São Paulo: Senac: 2006.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. História das mulheres no Brasil, v. 10, 2004 p. 362-400.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras: 2021.

TAVARES, Natália Oliveira. OLIVEIRA, Lorena Vianna. & LAGES, Sônia Regina Correa. A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública. Saúde em Debate, v.37, n.99, 2013, p. 580-587.

ZANELLO, Valeska; MIRANDA, Priscilla. Dispositivo Amoroso: guia de autoconhecimento e sobrevivência para mulheres. Brasília: Edição das Autoras: 2022.